

Evasão escolar, o eterno desafio

MEC investe R\$ 500 milhões para colocar crianças nas escolas, mas admite que pobreza afasta aluno da sala de aula

Marina Oliveira
Da equipe do **Correio**

Colocar em sala de aula 2,7 milhões de crianças, entre 7 e 14 anos, que hoje estão fora da escola. E fazer com que permaneçam lá pelo menos até o fim do 1º grau. Esse é o tamanho do desafio que o governo federal pretende vencer com o programa *Toda Criança na Escola*, divulgado na última semana.

De concreto, o ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, tem R\$ 500 milhões, vindos da privatização da Banda B de telefonia celular, para mudar o quadro da educação brasileira.

Uma parte do dinheiro, R\$ 115 milhões, irá para o Fundo de Valorização do Magistério — aumentando o gasto por aluno de R\$ 300 por ano para R\$ 315/ano. O restante será administrado pelo Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE) e utilizado na reforma e construção de salas de aula, *TV Escola*, livros didáticos e programas de aceleração da aprendizagem.

Será possível cumprir a meta? Especialistas no assunto avaliam que isso dependerá de dois fatores: o tamanho da vontade política do governo e a resposta dos estados e municípios à campanha.

“Sem um investimento financeiro pesado e uma determinação forte de mudança na qualidade, corremos o risco de apenas mascarar o fraco desempenho do sistema educacional”, afirma Carlos Jamil Cury, da Câmara Básica de Educação. Isso porque o grande problema do ensino fundamental no país são as enormes distorções entre a idade e a série dos alunos, que chegam a 80% no Nordeste (a média nacional é de 35%).

Carlos Cury argumenta: “Não adianta matricular todo mundo se a criança e a família abandonam a escola por falta de resultados”. Na análise do próprio MEC, o baixo aproveitamento dos alunos está diretamente ligado ao péssimo ambiente doméstico de muitas crianças, causado pela pobreza, e à falta de preparo de grande parte dos professores.

As soluções preferidas pelas redes estaduais e municipais têm sido a criação de classes especiais de reforço para os alunos muito atrasados. Além disso, muitos eliminaram as provas entre as séries, que foram substituídas por ciclos com duração de três ou quatro anos.

O MEC por sua vez tem apoiado esse tipo de iniciativa. “Todas essas experiências pedagógicas podem produzir resultados excelentes, mas precisam ser bem aplicadas por gente qualificada, com uma variedade de recursos auxiliares como o computador e a Internet”, alerta Carlos Cury.

Antenor Naspolini, secretário de educação do Ceará — estado que

registrou o maior aumento na taxa de matrícula no último Censo Educacional (16,7%) — defende que, mesmo com pouco dinheiro, é possível conseguir uma mudança significativa na educação. O caminho seria aumentar a participação da comunidade.

No Ceará, foi feita uma parceria entre as secretarias de Saúde e Educação. Os 8.500 agentes comunitários do estado percorreram milhares de casas levantando informações simples, mas estratégicas. Com isso, pôde-se desenhar um mapa preciso de quem estava fora da escola, onde morava, por que não estudava, se trabalhava e em que ocupação.

“Verificamos problemas na periferia de Fortaleza, de migrantes do interior e na zona rural”, lembra Antenor Naspolini. A partir disso, o estado destinou todo o dinheiro de que dispunha para aumentar algumas escolas e construir outras. “Não investimos muito, mas o resultado foi excepcional”, comemora ele.

VALORIZAÇÃO

O secretário cita ainda o papel importante que a Justiça cearense tem desempenhado na tarefa de botar as crianças na escola. O tribunal de Justiça do Estado começou a orientar os juízes do interior a verificarem porque as crianças não iam à aula. Se fosse comprovada a culpa do município, a prefeitura teria um prazo para apresentar uma solução. No caso dos pais serem os responsáveis então iriam para cadeia, como manda a Constituição.

Os dois educadores avaliam que nunca houve no Brasil uma conjuntura mais favorável para que uma campanha como essa desse certo. “A sociedade amadureceu, o mercado competitivo exige uma boa base educacional e existe uma vontade política manifestada pelo governo federal”, enumera Antenor Naspolini.

Carlos Cury, que estuda a história da educação brasileira na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), ressalta que a novidade não está no lançamento de uma campanha para educar a população. Governos de todas as orientações ideológicas, desde o início do século fizaram isso. Primeiro, na República Velha, depois na presidência de João Goulart e por último os militares.

O grande diferencial da atual campanha do MEC, segundo ele, será a legislação aprovada recentemente no Congresso. “O Fundo de Valorização do Magistério garante recursos para estados e municípios e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação proporciona diretrizes nacionais para todos os níveis de ensino”, argumenta ele. E acrescenta, sem completar a frase: “Nunca tivemos uma chance tão boa de sucesso. Se não der certo...”